

Quem tem medo da oralidade? Ninguém.
O ensino/aprendizagem do oral a partir do texto literário:
os exemplos de *Sermão de Santo António aos Peixes*
e de *Frei Luís de Sousa*

Elisabete Bárbara¹

Resumo

O presente artigo traduz uma reflexão sobre a(s) forma(s) como se pode promover o ensino/aprendizagem do oral com base no texto literário, numa perspetiva de aproximação ou complementaridade. É prática contemplar apenas, na sequência da leitura e análise de textos literários, o aprofundamento da competência da produção escrita. Neste artigo, consideramos que a oralidade e o texto literário, apesar das especificidades que os caracterizam e que parecem servir uma dicotomia insanável em contexto de sala de aula, podem ser trabalhados em enriquecedora interligação, daí resultando consolidação de conteúdos e maior capacidade de mobilização de conhecimentos entre domínios, o que favorece uma visão integrada da língua e um mais competente desempenho linguístico e comunicativo por parte dos alunos. Para validar esta posição didática, foram escolhidas duas obras de leitura obrigatória na disciplina de Português do 11.º ano: *Sermão de Santo António aos Peixes* e *Frei Luís de Sousa*.

Palavras-chave: oral; plano não verbal; texto literário; *Sermão*; *Frei Luís de Sousa*

Introdução

«(...) em rigor, a escola que tão mal ensina a escrever, não ensina, de todo a falar. A aprendizagem elementar da fala e o desenvolvimento da língua estão entregues às famílias, ao meio técnico e cultural em que a criança vai crescer.»

Saramago, *Cadernos de Lanzarote II*, 1995

Se as *Aprendizagens Essenciais* organizam o ensino do português em cinco domínios, parecendo perspetivá-lo de forma compartimentada, também as práticas em sala de aula evidenciam uma tendência generalizada para isolar o ensino de cada um desses domínios, sem consideração das relações que existem entre eles. Ensina-se a gramática à parte, ensina-se a oralidade separadamente do ensino da escrita e ensina-se a literatura – habitualmente adstrita ao estudo do texto literário – à margem da oralidade.

Esta compartimentação dá a ideia de que o texto escrito e o texto oral estão de costas voltadas e de que não é viável o desenvolvimento da oralidade (compreensão e expressão), ainda o parente pobre em questões do ensino do português, a partir do texto literário, senhor de uma histórica centralidade – de que não parece disposto a abdicar – em contexto de sala de aula. Na verdade, a prática parece apostada em não deixar o coloquial parente pobre entrar nos ricos domínios da formal educação literária, com ela impedido de contactar ou comunicar.

¹ Professora de Português e Diretora do Agrupamento de Escolas Padre José Augusto da Fonseca, Aguiar da Beira

Ora se a oralidade e a escrita consubstanciam duas formas de representação da mesma língua, e a língua está ao serviço da comunicação, também o texto literário é expressão de uma situação comunicativa em contexto e, embora pareça ser entendido como uma construção artística que dele se demarca, não se alheia do oral. É que contar não é escrever, mas escrever é sempre contar. Tantos os géneros textuais quantas as formas de contar. Assim, escreve-se para contar e, para tal, dispõe a escrita de mecanismos de aproximação ou de reprodução do oral. Também não é por acaso que não estudamos o texto literário narrativo, por exemplo, à margem de conceitos como vozes narrativas, marcas discursivas e falas das personagens.

Se a escrita se associa à visão e à leitura, não é menos verdade que a leitura também se associa à audição, e não só no caso da leitura em voz alta, que se pretende expressiva (expressividade que mais não é do que a aplicação de conteúdos declarativos do ensino da oralidade, que contempla uma dimensão verbal e uma dimensão não verbal), pois também no caso da leitura silenciosa é preciso saber ouvir, como no caso das falas das personagens, tanto no texto narrativo como no dramático, em que não estamos apenas a ler o que elas dizem, mas a ouvir o que dizem – e mais – como dizem. É a dificuldade de o fazer que leva os alunos a perguntar ao professor, esperançados, se vai ler o texto do teste em voz alta, o que não terá só que ver com o maior tempo que a leitura lhes exige, mas com o facto de a interpretação poder ser facilitada, por exemplo, pela entoação ou pelo ritmo. A compreensão leitora será tanto mais desenvolvida quanto mais o aluno aprender a ler para ser capaz de ouvir o que não tem som: o texto escrito.

1. A oralidade e o *Sermão de Santo António aos Peixes*

A separação do texto escrito, que é para ser lido, do texto oral, que é para ser ouvido, faz com que a literatura escrita – mesmo a de tradição oral – pareça que deve ser apenas lida e não dita. Ora isto não acontece – melhor, não pode acontecer – em textos como o *Sermão de Santo António aos Peixes*, que tem de ser perspectivado em termos de orador e de auditório ou ouvintes, e não de escritor e de leitor. Entender o *Sermão* apenas como um texto escrito, e não como um discurso destinado a ser proferido de um púlpito, desrespeitaria a sua natureza genológica, para a qual concorre uma significativa dimensão teatral, e a sua finalidade ilocutória.

Ora se o pregador se quer fazer ouvir junto do seu auditório – sobre o qual pretende agir através de um sermão eloquente e persuasivo, marcado por interpelações diretas ao ouvinte, sustentadas por vocativos, formas verbais com valor imperativo e perguntas retóricas – tem de recorrer a estratégias discursivas que, mobilizando recursos linguísticos, estilísticos e comunicativos, se revelem capazes de captar a atenção – começando pela auditiva – do seu público. De facto, embora não nos seja possível conhecer a forma como o Padre António Vieira proferiria os seus sermões, não nos parece difícil imaginar que fizesse uso de «boa voz e bom peito», qualidades que refere no seu *Sermão da Sexagésima*.

Como texto argumentativo, o *Sermão* pretende influenciar o comportamento do ouvinte, e o sucesso desta intervenção depende da capacidade do orador para realizar as opções linguísticas e discursivas mais adequadas e convincentes, entre as quais se contam, por exemplo, justificações, explicações ou exemplificações. É o que acontece no excerto seguinte, em que o orador, depois de uma interpelação direta aos peixes (que vai sendo recuperada ao longo do trecho através do uso de formas verbais na primeira pessoa do plural), justifica o facto de dizer que o maior açougue é o que se encontra junto dos Brancos, aqueles que, civilizados, são afinal mais selvagens do que os primitivos Tapuias:

«Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá; para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os Brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas, vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer e como se hão de comer.»

Recorrendo ao paralelismo frásico, à metáfora, à interrogação retórica e à repetição (o que concretiza padrões mnemónicos, ajustados à compreensão e à reprodução oral), o orador não só consegue acentuar a dimensão exortativa, o visualismo e o dinamismo do discurso, como validar convictamente a sua opinião, reforçada pelos factos enumerados, correspondentes a atividades dos homens em sociedade. Assim, em adequação a uma intenção e a uma situação comunicativa específica, o orador mobiliza os recursos que considera mais eficazes para que o público o ouça, entre os quais se contam também, naturalmente, os paralinguísticos e os cinésicos. Não pode dizer (ou dar) o sermão, com a finalidade persuasiva que lhe reconhecemos, como se se tratasse de uma canção de embalar ou da confissão de um segredo, e por isso a entoação, o ritmo, a musicalidade e a gestualidade têm de estar ao serviço da captação e da interiorização, por parte do auditório, da mensagem transmitida. Aliás, um bom exercício em sala de aula é precisamente este: pedir aos alunos que leiam/digam o texto de acordo com diferentes intencionalidades comunicativas, para perceberem quais os recursos que devem usar para aumentar a eficácia das apresentações e comunicações orais. Desta prática resulta não só a evidência da articulação entre texto escrito e texto oral como também a evidência de que a eficácia comunicativa depende da adequação dos recursos utilizados, potenciando ainda o desenvolvimento da criatividade.

Se os recursos expressivos utilizados favorecem o ritmo e a musicalidade, igualmente a organização do discurso – que respeita uma estrutura dual (louvores em geral e louvores em particular; repreensões em geral e repreensões em particular), que também favorece a memorização – evidencia a existência de uma planificação que persegue os objetivos da eficácia persuasiva, que não pode prescindir de uma argumentação consistente, reforçada pela autoridade dos exemplos convocados. É preciso não esquecer que, num texto para ser ouvido, há que apelar à memória oral, que recupera e atualiza narrativas ou figuras de referência. Assim, o aluno percebe que há uma estruturação intencional do discurso que, para além de estratégia facilitadora da compreensão oral (e escrita), é fundamental para a consecução do(s) objetivo(s) ilocutório(s), exigindo preparação e sequencialidade coerente. É também por isso que, sabendo que as últimas palavras são aquelas que ficam no ouvido, o pregador deixa para o final as repreensões em particular, terminando com a referência ao polvo, o maior traidor do mar.

Todos estes aspetos levam o aluno a perceber que uma apresentação oral não prescinde, à semelhança do que acontece no caso de um texto escrito, de uma planificação bem estruturada, e que não basta falar – a ideia de que o discurso oral é aprendido antes da escola, ou fora dela, dificulta a preparação e o desempenho do aluno em momentos formais de exposição oral, em que percebe que esta difere da habitual interação coloquial com o professor ou com os pares – para garantir a correção e a eficácia da execução. A faculdade e o exercício da fala não garantem, por si só, a qualidade da expressão oral formal, que tem de ser aprendida e não pode ser secundarizada; no entanto, para ser aprendida, tem primeiro de ser ensinada. Sim, a oralidade é ensinável. E ensinável, tanto a nível da planificação como da execução, como vemos, a partir do texto literário.

2. A oralidade e *Frei Luís de Sousa*

Trabalhar o texto dramático à margem do ensino/aprendizagem da oralidade? Não é o texto dramático representação multimodal de uma determinada situação comunicativa *in praesentia*? Não são as personagens interlocutores? Não estão os diálogos escritos em representação dos falados? Não funciona o cenário como informação contextual? O texto dramático é oralidade em ação: linguagem verbal e linguagem não verbal ao serviço da criação e da recriação de situações comunicativas “frente a frente”.

No entanto, ainda que, no trabalho realizado em sala de aula com o texto dramático, sejam identificadas características próprias da fala – como a entoação, o ritmo, a altura, a postura corporal, a expressão facial e o contacto visual – verifica-se que essa identificação (teórica) não é suficiente para que o aluno faça uso adequado desses recursos na sua própria expressão oral (prática). É preciso que o aluno seja capaz de, com base na discussão sobre o texto em análise e na explicitação dos modos de dizer/agir, refletir sobre as formas como pode concretizar, através dos mecanismos que a língua lhe oferece, os objetivos comunicativos exigidos em situações específicas de interação verbal.

Entre outras características genológicas, o texto dramático é sobretudo constituído pelas falas das personagens, quase sempre sequenciais, muitas vezes orientadas pelas instruções das didascálias. Ora estas sequências conversacionais constituem uma excelente oportunidade para levar o aluno a refletir sobre as pontes que se estabelecem entre diálogo escrito e conversa oral, percebendo que o texto é escrito, mais uma vez, para ser dito, agora em palco.

Também no 11.º ano, como o *Sermão de Santo António*, *Frei Luís de Sousa* é uma extraordinária oportunidade para relacionar texto literário com oralidade, na medida em que, à semelhança do que acontece nos textos dramáticos com as falas das personagens, a palavra escrita deixa de existir num contexto puramente verbal para ocorrer num contexto situacional performativo em que estão também presentes elementos não verbais. Assim, inseridos nesse contexto, os diálogos ganham autenticidade, assumindo-se como uma entidade complexa de atividades linguístico-comunicativas, só concebíveis em interação. Para essa autenticidade, contribui a construção oralizante dos diálogos, com recurso a estruturas características da coloquialidade, sublinhadas por um cariz predominantemente emocional.

A construção oralizante dos diálogos, que os reveste da espontaneidade que lhes confere verosimilhança, se faz uso, por exemplo, da pontuação, das interjeições e das locuções interjetivas para exprimir estados de alma das personagens, não prescindindo de procedimentos como a truncação das frases ou a incorporação de hesitações ou repetições para ir ao encontro da natureza não planeada e emergente das interações verbais face a face. Desta natureza decorrem também procedimentos de tentativa de mudança de assunto ou de fuga à resposta, como acontece com Telmo, quando Maria lhe pergunta, na cena I do segundo ato, «De quem é este retrato aqui, Telmo?», e ele se esquiva, sob uma forte tensão marcada pelas reticências, ao esclarecimento pretendido: «Esse é... há de ser... é (...); «Há de ter; mas eu é que...»

Podemos pedir ao aluno que descreva a expressão fisionómica de Telmo neste momento, tentando que ele associe a expressão e o gesto da personagem ao seu estado de espírito, de que a pontuação é marca sugestiva; podemos também pedir que faça acompanhar, por exemplo, a primeira fala do Romeiro na cena VI do terceiro ato, de uma didascália compreendendo indicações de natureza não verbal, e ver como a pronunciaria e com que expressão o faria, tal como podemos pedir para o seu famoso «Ninguém!», na cena XV do segundo ato. Estes exercícios de parceria entre o não verbal e o verbal ajudam o aluno não só a interpretar o texto como a refletir sobre a sua própria postura ou gestualidade em intervenções orais: da

identificação resulta a apropriação e, naturalmente, a adequação. Na verdade, para a apreensão da intenção comunicativa, é preciso correlacionar o conteúdo proposicional do enunciado com a sua força ilocutória, indicada por marcas como a entoação e a gestualidade.

A cena VI do terceiro ato merece uma atenção especial. Até à fala de Madalena «Meu marido, meu amor, meu Manuel!», que esclarece o referente do seu discurso – Manuel e não D. João de Portugal –, as suas palavras anteriores são mal interpretadas pelo Romeiro, que julga serem-lhe destinadas. Esta situação pode ser aproveitada para uma reflexão sobre as circunstâncias em que o que é dito é erradamente compreendido e sobre a importância das coordenadas contextuais para a efetiva descodificação da mensagem, bem como sobre as consequências da interpretação de um enunciado descontextualizado ou retirado da sequência em que se insere.

Conclusão

Ao longo deste artigo, refletimos sobre as relações que se podem estabelecer entre o oral e o texto literário, com base em exemplos que evidenciam as boas relações de vizinhança e cumplicidade entre os dois domínios; assim, consideramos que, na certeza de que as sugestões apontadas não esgotam as possibilidades de abordagem – tanto dos textos em questão como de outros – o texto literário pode ser um recurso riquíssimo no ensino/aprendizagem da oralidade, nas suas várias dimensões. A separação dos domínios em termos programáticos não obriga à sua separação em termos de práticas didáticas, que devem privilegiar a interdependência e a transferência de conhecimentos, na consciência de que a oralidade não ficou à porta do texto literário e que só a explicitação dos seus mecanismos – estratégias e conteúdos – pode levar o aluno a reconhecê-los e a saber usá-los.

Bibliografia

- Garrett, Almeida (2022). *Frei Luís de Sousa*. Imprensa Nacional.
- Vieira, António (2020). *Sermão de Santo António aos peixes*. Guerra & Paz.
- Fernandes, Ana Isabel Ledesma (2012). *Retórica e evangelização no Sermão de Santo António aos Peixes de Padre António Vieira*. Tese de Mestrado. Disponível em: [Repositório Aberto da Universidade do Porto: Retórica e Evangelização no Sermão de Santo António aos Peixes de Padre António Vieira \(up.pt\)](#) Acesso em: 3 setembro 2023.
- Freitas, João Pedro Botelho de (2013). *Frei Luís de Sousa e o desenvolvimento de competências orais*. Tese de Mestrado. Disponível em [João Pedro Botelho de Freitas \(uminho.pt\)](#). Acesso em 10 agosto 2023.
- Marcuschi, L. A. (1986). *Análise da conversação*. Ática.
- Marques, Carla (2022). Expressão oral: entre a avaliação holística e a avaliação analítica. *Palavras*, Associação de Professores de Português, n.º 58-59. Disponível em [Expressão oral: entre a avaliação holística e a avaliação analítica | Palavras \(appform.pt\)](#) Acesso em: 20 julho 2023.
- Ministério da Educação (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*. Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (2018). *Aprendizagens Essenciais. Ensino Secundário*. Ministério da Educação.

Monteiro, C.; Viana, F.; Moreira, E; Bastos, A. Avaliação da competência comunicativa oral no ensino básico: um estudo exploratório. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, vol.26, 2013. Disponível em: [Avaliação da competência comunicativa oral no Ensino Básico: Um estudo exploratório | Revista Portuguesa de Educação \(rcaap.pt\)](#) Acesso em: 10 outubro 2023.

Oliveira, Ana Maria Urquiza (2019). A presença da oralidade na literatura: estudo de Crônicas de Luís Fernando Veríssimo. *RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n.º 36. Disponível em: [A presença da oralidade na literatura estudo de cr.pdf](#) Acesso em: 15 outubro 2023